

OS PCNs E A ANÁLISE LINGUÍSTICA COMO OBJETO DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Sueilton Junior Braz de Lima (graduando Letras/Língua Portuguesa – UERN)

Josefa Lidianne de Paiva (graduanda Letras/Língua Portuguesa – UERN)

Edmar Peixoto de Lima (professora Letra/Língua Portuguesa – UERN)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Discutir o ensino de Língua Portuguesa nos leva a pensar em como as aulas de língua é construída em sala de aula e qual a importância de se pensar sobre esse tema, principalmente porque muito já se tem escrito sobre esse tema. Vale salientar que nosso enfoque se dará na compreensão de que para facilitar a docência em sala de aula de educação básica, faz-se necessário que o professor compreenda as concepções de linguagens que norteiam sua práxis, já que necessitamos ainda ter claro qual o objeto de ensino da Língua Portuguesa no ensino básico.

Em outras palavras, é preciso que o docente defina a concepção de linguagem que defende para que assuma posturas coerentes no que se refere à metodologia utilizada em sala de aula, às atividades selecionadas e à própria organização e condução das ações pedagógicas, com vista a atuar sobre o aluno, promovendo uma aprendizagem satisfatória que vise prepará-lo para a realidade que o cerca.

Dessa forma, achamos importante discutir questões relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa e os Parâmetros Curriculares Nacionais com o objetivo de compreender o espaço reservado para os estudos de análise linguística nas orientações, de modo que possamos conceber o texto como objeto de ensino.

Nosso trabalho inicia-se com uma discussão a respeito das concepções de linguagem e o ensino de Língua Portuguesa, fazendo uma retrospectiva, mostrando as principais concepções de linguagens e como o ensino se desenvolve em cada uma delas. Em seguida, abordamos as concepções de linguagens segundo os documentos oficiais, apresentando as delimitações e o que as orientações sugerem para o crescimento acadêmico dos alunos da educação básica, no terceiro momento analisamos o lugar reservado nos PCNs para a análise Linguística e por fim, as considerações finais.

01. CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

O ensino de Língua Portuguesa vem sendo alvo de muitas discussões, diversas pesquisas e foco de diferentes preocupações por parte dos estudiosos e professores. Muitos questionamentos permeiam a comunidade acadêmica na busca da definição do objeto de ensino da língua. Não pretendemos, nesse trabalho, construir nenhuma resposta a essa questão, mas nos propomos a discutir que para se definir o objeto de ensino, precisamos partir do entendimento de que é necessário compreender a concepção de linguagem que utilizamos em nossas ações pedagógicas.

A forma como o professor concebe a linguagem, altera a postura pedagógica, já que o docente é o responsável pela organização das atividades que proporcionam condições de aprendizagem, pela metodologia de ensino e pela forma como o aluno participa do processo de aprendizagem em sala de aula. Para realizar essas ações, o educador se apropria dos conhecimentos que tem acerca da linguagem para definir o percurso pelo qual a aula se desenvolve.

Assim, buscamos traçar a trajetória do ensino de Língua Portuguesa buscando destacar as concepções de linguagens e o foco do ensino, uma vez que este se configura como um assunto que poderá contribuir bastante para a compreensão da evolução dos objetos de ensino da língua.

Começamos nosso percurso delineando as concepções de linguagens que embasam o ensino de Língua Portuguesa. Segundo Travaglia (2002, p. 21) a primeira concepção define a linguagem como a expressão do pensamento. Ou seja, o falante se apropria de regras para organizar seu pensamento e conseqüentemente, a linguagem. Por meio dessa compreensão, o professor busca ensinar apenas as estruturas que proporcionam essa organização, sem levar em conta os elementos contextuais que envolvem o espaço de interação.

O ensino está voltado para o entendimento das regras, da nomenclatura, que na maioria das vezes, tende apenas a identificar as formas “corretas” de falar ou escrever. Isso nos leva a pensar que há formas erradas, o foco, nesse caso, funda-se no entendimento de se buscar a forma correta, levando-nos a compreender que o errado não é permitido. O ensino de Língua Portuguesa centra-se no ensino da forma correta da língua.

Na segunda concepção, a linguagem funciona como instrumento de comunicação. O foco está relacionado ao conhecimento do código, já que a linguagem se configura como um conjunto de signos que se organizam de acordo com as regras, de modo que possa transmitir uma mensagem. Em outras palavras, basta ao falante dominar o código, ou seja, a língua, para que ocorra a comunicação.

Tomando por base os estudos de Azeredo (2007, p. 32) a preocupação com o ensino de Português se limita a “1) Falar e escrever corretamente a língua (conhecimento da língua) e 2) identificar, mediante a nomenclatura gramatical seus aspectos estruturais (conhecimentos sobre a língua).” Notamos que as questões sociais não se constituem como elemento relevante no ensino da língua nesse contexto. O sujeito tem domínio dos dizeres, já que ele pensa em algo e o transmite ao seu ouvinte.

Já a terceira concepção vê a linguagem como elemento de interação. Nessa aceção, o falante tende a realizar ações e não apenas expressar ou transmitir informações. Afiançados por Travaglia (2002, p. 23) “A linguagem é pois um lugar de interação humana, de interação comunicativa”, já que o contexto em que os sujeitos estão inseridos fazem com que os discursos proferidos construam sentidos.

Assim, Azeredo (2007, p. 33) destaca que “aprender uma língua, seja materna, seja estrangeira, é aprender a relacionar-se com o outro a fim de compartilhar com ele um universo de referências.”. Portanto, é na interação que os sujeitos tendem a partilhar e construir sentidos em seus discursos, levando em consideração os elementos envolvidos no contexto enunciativo.

Desse modo, o ensino de Língua Portuguesa passou por muitas transformações, principalmente com advento da Linguística, embora essas mudanças não tenham atingido a Educação Básica no que se refere à definição dos objetos de ensino de modo claro e definido. Desse modo, convém destacarmos, mais uma vez o que Azeredo (2007, p. 32) enuncia, já que “Desde a segunda metade do século XIX, e ao longo de todo o século XX, o debate sobre ensino de língua materna no Brasil refletiu, como não podia deixar de ser, um certo antagonismo entre correntes tradicionalistas e grupo progressistas.”.

Na tentativa de esclarecer qual o objeto de ensino da Língua Portuguesa e meio a essa polêmica que se instaurou nesses séculos, surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais. Os PCNs se configuram como documentos oficiais que tem como propósito orientar o ensino de Língua Portuguesa para a Educação Básica.

Os PCNs têm como objetivo ajudar os professores no ensino de língua materna. É um apoio pedagógico que dá suporte para que os docentes possam delinear com mais precisão o que ensinar nas aulas de Língua Portuguesa. Sugerem reformulações no ensino de forma que o docente possa retomar o projeto pedagógico da escola e adaptá-lo a realidade na sala de aula. Sendo assim, apresenta orientações para o ensino que tem como base o conhecimento, competência, conceitos estruturantes e organização das disciplinas escolares.

Desse modo, consideramos importante compreender qual a concepção de linguagem que embasa as orientações desse documento para o ensino básico no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa.

2 A CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM NO DOCUMENTOS OFICIAIS

A linguagem é o meio que nós, seres humanos, utilizamos para nos comunicar, apresentar críticas, defender o nosso próprio ponto de vista e compartilhar conhecimentos de mundo. Como já exemplifica o PCNs de Língua Portuguesa (1998, p.20),

O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social.

O que se estuda na escola deve ser vivenciado pelo aluno em suas relações sociais, pois a língua não está abstraída do contexto social vivido, não dá para separá-la da sua situação de uso comunicativo.

A finalidade da educação básica como diz o Art. 22 da LDB é; “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Assim sendo, a escola deve preparar o aluno para progredir em qualquer espaço de interação. E consideramos a Língua Portuguesa como a disciplina escolar que proporciona o acesso dos alunos aos diferentes textos na sala de aula, embora ressaltamos que esse compromisso não cabe somente a essa disciplina.

O processo de ensino de Língua Portuguesa no ensino médio deve basear-se em uma visão que leva o aluno a adquirir competência discursiva. Competência discursiva

de acordo com os PCNs (1999, p. 24) “é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita.”. Portanto, podemos inferir que para os PCNs o objeto de ensino da Língua Portuguesa na educação básica deve ser pautado no uso do texto em sala de aula. Texto visto aqui como o espaço de encontro entre o autor e o leitor, em que as ideias dialogam em busca da compreensão dos dizeres.

Os PCNs (1999, p.36) nos mostra que,

O aluno como pessoa humana; e a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico com flexibilidade, em um mundo novo que se apresenta, no qual o caráter da Língua Portuguesa deve ser basicamente comunicativo.

O ensino deve basear-se em sugestões interativas da língua/linguagem, meditadas em um processo discursivo de organização do pensamento simbólico, característico de cada aluno na sociedade em geral. Essa concepção norteia a natureza social e interativa da linguagem em oposição às concepções tradicionais.

Nesse caso, o papel do professor deve centrar-se no objetivo de desenvolvimento e sistematização da linguagem, estimulando a verbalização seja de modo oral ou escrito e o domínio de outras formas de linguagens utilizadas em vários níveis sociais. A interação é o que faz com que a linguagem seja comunicativa. Esse princípio anula qualquer iniciativa que tenta separar o estudo da língua do ato interlocutivo.

Talvez o fato de o aluno não estudar a língua como elemento de interação social, apresente mais dificuldades em compreender a importância da estrutura da língua nos textos do cotidiano. Em outras palavras, quando os PCNs defendem o uso da língua como interação, o objetivo seja o de levar o aluno a entender que os textos assumem uma função comunicativa e que, por essa razão, precisam ser textos organizados. Textos que apresentem com clareza o que o autor defende para que o seu interlocutor possa construir sentidos nos que está posto. Para essa organização textual, além de saber o que deve ser dito como conteúdo, o autor, no caso o aluno, necessita utilizar as estruturas da língua, portanto, cabe a escola levá-lo a refletir acerca da função da análise linguística na compreensão e produção de textos.

O ensino de língua materna nas escolas deve ser desenvolvido sob a forma de textos que comunicam que cumprem sua função comunicativa. O texto é o único como enunciado, mas múltiplo quando se diz respeito à possibilidade aberta de atribuições de significados, devendo ser objeto único de análise/síntese.

Os PCNs de Língua Portuguesa do ensino médio (1999, p.43) nos mostram que,

A língua dispõe de recursos, mas a organização deles encontra no social sua matéria prima. Mesmas estruturas linguísticas assumem significados diferentes, dependendo das intenções dos interlocutores. Há uma “diversidade de vozes” em um mesmo texto.

O uso que fazemos desses recursos nem sempre é intencional. Os significados dos discursos se constroem nas relações sociais em que os sujeitos estão inseridos. Quanto mais dominamos o uso da língua, ficamos mais próximos da eficiência comunicativa estabelecida.

Portanto, os PCNs defendem o ensino interativo da língua, que os alunos sejam capazes de compreender, interpretar e produzir diferentes textos dentro e fora da sala de aula. Textos esses que o auxiliem nas relações sociais. Aprender a língua é saber, interpretar avaliar uma ação interlocutória, é julgar e tomar uma posição consciente e responsável no que se escreve ou se fala.

Deste modo o aluno poderá tomar decisões precisas e fazer previsões acerca da fala e da escrita, olhando para um texto de forma crítica, levando sua interpretação para além do que está escrito e produzir o seu próprio texto. Para tal atividade de compreensão, nos convém buscar entender qual o espaço reservado à análise linguística nos PCNs quando define o texto como objeto de ensino.

3. OS PCNs E O ESPAÇO RESERVADO A ANÁLISE LINGUISTICA

O ensino de gramática no Brasil, de modo geral, centra-se basicamente no entendimento da nomenclatura gramatical. Nessa perspectiva, os alunos se confundem no que diz respeito à norma e descrição na análise das frases que, na maioria das vezes, são atividades desarticuladas do uso na função sociocultural nos quais os alunos estão inseridos. Os professores apresentam um ensino descontextualizado, utilizando-se do mecanismo de identificação em frases soltas e a predominância de exceção às regras. Vejamos um exemplo dos PCNs de Língua Portuguesa do ensino médio (1999, p.34),

A professora ensinou que “azul, verde, branco, as cores em geral” eram adjetivos e solicitou que os alunos constituíssem frases com as palavras. Um dos alunos escreveu: “O azul do céu é bonito. O branco

significa paz e etc.”. Logicamente um X foi colocado sobre as frases. O por quê, o aluno nunca soube.

O estudo da gramática está presente na grade curricular da disciplina de Língua Portuguesa, desde as séries iniciais aos últimos anos do ensino médio e, de tal modo, os alunos não conseguem dominar a nomenclatura gramatical. Eles acabam aprendendo uma teoria gramatical inconsistente, espécie de gramática diminuída e facilitada, no que seria um exercício de fala, reflexão e produção. O que deveria ser compreendido no texto em sua funcionalidade acaba sendo um emaranhado incompreensível de regras, que não fazem sentidos. Nesse caso, o aluno vai perdendo o interesse pelo ensino, pois as expressões utilizadas por ele não são valorizadas, ou seja, o ensino pauta-se no certo, as outras formas de comunicação são encaradas como erradas e, portanto, discriminatórias.

A perspectiva do ensino de gramática na escola centra-se na nomenclatura gramatical; descrição e norma, Antunes (2003, p. 33) acrescenta que

Uma gramática predominante *prescritiva* preocupada apenas com marcar o “certo” e o “errado”, dicotomicamente extremados, como se falar e escrever bem fosse apenas uma questão de falar e escrever corretamente, não importando o que se diz, como se diz, quando se diz, e se tem algo a dizer.

Como podemos notar essa gramática não possibilita estudar fatos e aspectos linguísticos que são importantes para os alunos compreender assuntos discursivos e textuais. Sendo assim, essa gramática só mostra aos alunos e professores a correção da língua.

O ensino de gramática esta presente no currículo da Língua Portuguesa desde as series iniciais, sendo que os alunos até o ensino médio devem dominar a nomenclatura. Então, o problema da gramática ensinada na escola está voltado para a confusão de norma e gramaticalidade, o que seria um exercício para falar/ escrever/ ler melhor. Com base, em Possenti (*apud in* ANTUNES, 2007 p. 37)

No dia que as escolas se dessem conta que estão ensinando aos alunos o que eles já sabem, e que é em grande parte por isso que falta tempo para ensinar o que eles não sabem, poderia ocorrer uma verdadeira resolução. Para verificarmos o quanto ensinamos coisas que os alunos já sabem, poderíamos fazer o seguinte teste: ouvir o que os alunos do primeiro ano dizem nos recreios (ou durante nossas aulas), para verificar se já sabem ou não fazer frases completas (e então não precisaríamos fazer exercícios de complementar), se já dizem ou não

períodos compostos (e não precisaríamos mais imaginar que temos que começar a ensiná-los a ler apenas com frases curtas e idiotas), se eles sabem brincar na língua do “pê” (talvez então não seja necessário fazer tantos exercícios de divisão silábica), se já fazem perguntas, afirmações, negações e exclamações (então, não precisaríamos mais ensinar isso a eles), e assim quase o infinito. Sobrariam apenas coisas inteligentes para fazer na aula, como ler e escrever, discutir e reescrever, reler e reescrever mais, para escrever e ler de forma sempre mais sofisticada etc.

Contudo, se tratando do ensino da língua materna é importante que o professor entenda como valorativo as contribuições dos alunos quando esses se participam das discussões em sala de aula.

Precisamos aceitar a diversidade de pontos de vista e conhecermos o meio social que o aluno vive, para podermos apresentar textos reais e não textos feitos somente para o aprendizado da gramática e escrita como função mecanizada. Aprender a lidar com os diferentes falares fará com que o aluno construa sua autoestima, deixando de lado o preconceito contra as formas de oralidade e as variedades linguísticas, das formas não padrão que os alunos foram habituados a avaliar como elemento negativo.

O ensino de Língua Portuguesa deve centralizar em três grandes variáveis (PCNs 1998, p. 22)

O primeiro elemento dessa tríade - o aluno - é o sujeito da ação de aprender, aquele que age com e sobre o objeto de conhecimento. O segundo elemento - o objeto de conhecimento - são os conhecimentos discursivo-textuais e linguísticos implicados nas práticas sociais de linguagem. O terceiro elemento da tríade é a prática educacional do professor e da escola que organiza a mediação entre sujeito e objeto do conhecimento

Percebemos que o processo ensino-aprendizagem defendido pelos PCNs está pautado na interação entre aluno, conhecimento e prática educacional do docente. Essa relação é compartilhada, portanto, o ensino não poderá mais partir apenas do professor como aquele que sabe-tudo, mas de uma parceria entre os envolvidos. Tomando por base essa ideia o ensino deve ser redimensionado e os sujeitos assumem novas posturas.

Como forma de ampliar a competência discursiva do aluno, os estudos da linguagem, ou mais especificamente da Língua Portuguesa passou muitas alterações nas ações escolares. Os aspectos gramaticais ganham novas formas de serem abordados, uma vez que o foco é promover a competência do aluno à leitura e produção de textos.

Nesse caso, falar em análise linguística é ampliar as reflexões acerca do objeto de ensino da língua, destacando a ideia de que é por meio dessa competência que o aluno desenvolve a compreensão, produção e organização dos discursos.

O ensino de gramática deve ser utilizado com vista à compreensão, interpretação e produção de textos e precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos, sendo o papel do professor, planejar suas aulas para que não torne uma aula monótona, de improviso e que o aluno seja participante ativo. Nesse caso, não se fala mais em ensino de gramática fora das condições de produção dos discursos, portanto, ensinar a língua significa promover a formação discursiva e linguística do aluno.

Portanto, gramática e análise linguística não significam a mesma coisa. Em outras palavras, tomar o texto como objeto de ensino vai além de somente analisar os aspectos gramaticais presentes no texto, compreende a dimensão de diferentes significados que permeiam as atividades discursivas dos sujeitos.

Dessa forma, o aluno poderá fazer escolhas adequadas na fala/escrita e saber olhar para um texto e obter uma visão crítica que amplia seu significado para além do que está escrito e ver o texto como objeto de diálogo e não somente para exercícios escolares.

Certamente a escola não poderá garantir o uso da linguagem fora do seu espaço, porém deve promover exercícios em sala de aula que sirvam para o desempenho do aluno na sociedade, ou seja, no que se refere à comunicação com alguém que se julga ter o domínio social da língua. A análise linguística foi incorporada na linguagem, como um espaço dialógico em que os locutores se comunicam. Todo ponto de vista é um texto, proporcionando o modo de agir, pensar e sentir, a precisão de compreender a linguagem como parte de si próprio e da cultura e a carga ética do uso social da língua materna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comprendemos que o ensino de Língua Portuguesa envolve as concepções de linguagem para nortear as ações pedagógicas em sala de aula. Percebemos as dificuldades que a sociedade apresenta em definir o objeto de ensino da Língua Portuguesa.

Segundo os PCNs de Língua Portuguesa (1999), pudemos verificar as definições e concepções que norteiam o ensino quais caminhos deverão ser tomados para que esse ensino qualifique seus alunos para o meio sociocultural. De modo que eles possam criar suas próprias opiniões sabendo defendê-las em qualquer situação, com qualquer pessoa que domine outro tipo de linguagem. Aprendemos também que as variantes linguísticas dependem do meio social em que o aluno está presente.

Desse modo, o ensino de Língua Portuguesa, de acordo com os PCNs, mostra que os estudos da língua não devem dividir-se, já que a gramática, literatura e redação estão relacionadas entre si. Devemos fazer uso da gramática na literatura e na produção textual e vice e versa. Nesse caso, ao utilizamos a funcionalidade da gramática no texto, estamos utilizando a análise linguística.

Por fim devemos escutar o que o aluno tem a nos dizer, incentivá-los a opinar e a construir sentidos, pois as aulas não se resumem apenas na pessoa do professor e sim na interação professor/aluno/objeto do conhecimento. Dessa forma, o ensino de Língua Portuguesa poderá promover de fato a comunicação e interação dos envolvidos por meio dos textos.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, J. C. **Ensino de Português: fundamentos, percursos e objetos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Muito Além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: Terceiros e quarto ciclo do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias/Ministério da Educação**. – Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnologias, 1999.

ILARI, R. **A Linguística e o ensino de Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARTELOTTA, M. E. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

ROJO, R. **A prática de Linguagem em Sala de aula: Praticando os PCNs**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2000.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 2002.